

CASTELA, 1580-1650: CRISE ECONÓMICA E POLÍTICA DE «REFORMA»

Este breve artigo ¹ pretende dois objectivos, estreitamente relacionados entre si. O primeiro é apresentar algumas evidências da depressão económica que sofreram os territórios centrais — em sentido geográfico, mas também em sentido económico e político — da antiga Coroa de Castela no período de tempo que decorre entre as últimas décadas do século XVI e meados do século XVII; os territórios a que me refiro constituem o interior peninsular, isto é, a Submeseta Norte — Castela Velha e Leão — e a Submeseta Sul — Castela a Nova e Estremadura — . O segundo objectivo é analisar, à vista da conjuntura económica depressiva, os principais projectos e medidas efectivas de «reforma» que adoptaram os governantes sobretudo no reinado de Felipe III (1598-1621) e nos primeiros anos do governo do Conde Duque de Olivares, já no reinado de Felipe IV (1621-1665). Esta análise da política de «reforma» vista sob as mudanças da conjuntura económica sem dúvida contribuirá para uma melhor compreensão das medidas adoptadas pelos governantes, as quais têm sido tratadas preferentemente, e quase exclusivamente, de uma perspectiva política e, ao fim, fiscal.

1. Evidências da crise económica castelhana

Desde há aproximadamente dez anos a historiografia espanhola vem submetendo a revisão a pertinência dos conceitos de «crise geral» e «decadência» que tradicional e tópicamente se haviam aplicado para caracterizar o século XVII espanhol do ponto de vista económico. O extraordinário avanço da investigação realizado durante as últimas décadas — devido em boa medida à utilização de novas fontes de informação, de carácter quantitativo (registos paroquiais, dizimas, rendas, preços, entradas,... etc.), que permitem maiores precisões que as fontes de índole qualitativa até à pouco tempo empregues quase exclusivamente (textos dos arbitristas, memoriais e discussões de Cortes, relatos literários de coetâneos,... etc.) — permitiu reconstruir uma nova visão do século XVII bastante mais matizada e verosímil que a que transparece dos conceitos de «crise geral» e «decadência». São três os principais contributos da revisão historiográfica efectuada.

O primeiro consistiu em estabelecer uma cronologia precisa para a conjuntura económica ao longo do século XVII que pôs em evidência que só na primeira metade da centúria — em algumas zonas só no primeiro terço do século — se experimentaram os efeitos de uma conjuntura económica depressiva; pelo contrário, na segunda metade de Seiscentos a maior parte do país conheceu uma conjuntura expansiva — de recuperação da depressão referida —, se bem que a sua intensidade fosse bastante diversa segundo as comarcas e regiões. Desta forma, o século XVII deixou de ser, todo ele, negativo do ponto de vista económico.

A segunda contribuição da revisão efectuada consistiu em pôr em evidência os contrastes regionais na evolução demográfica e económica ao longo do século XVII, pelo que se demonstrou inconsistente toda a valoração globalizadora — e o próprio conceito de «economia espanhola» —. Com efeito, cada vez mais se constata com maior clareza a existência de dois modelos de evolução: de um lado, o correspondente ao interior peninsular e, do outro, o relativo à periferia peninsular. Embora tanto no interior como na periferia se comprove o afundamento dos indicadores da actividade económica desde as últimas décadas do século XVI e ao longo do primeiro terço — em algumas zonas, mesmo ao longo de toda a primeira metade — do século XVII, os últimos cinquenta anos de Seiscentos carregam um balanço muito contrastado: enquanto no interior a população e a actividade económica se mantêm estacionárias a um nível baixo ou conhecem uma modesta recuperação que não chega em caso algum a restaurar a situação de partida de cerca de 1580, na periferia dá-se uma forte recuperação que chega a superar amplamente, antes de 1700, os melhores resultados do XVI. O caso melhor conhecido deste processo de acelerada recuperação demográfica e económica em zonas da Periferia Peninsular na segunda metade do XVII é o da cornija cantábrica, desde a Galiza ao País Basco, onde a introdução e difusão do milho contribuiu poderosamente para tão positivos resultados. Este contraste no comportamento económico e demográfico entre o interior e a periferia durante a segunda metade do século XVII é considerado como a etapa inicial da crescente diferenciação no grau de desenvolvimento económico e na riqueza entre as diferentes regiões espanholas. Esta diferenciação não teria deixado de acentuar-se nos séculos XVIII e XIX até chegar à actualidade, produzindo como resultado final uma situação exactamente inversa à existente nos séculos XV e XVI, nos quais o Interior era a parte mais rica e evoluída do país. Mas o que interessa sublinhar aqui é que, como consequência da revisão historiográfica mencionada, o século XVII não foi eco-

nómicamente regressivo em todas as regiões espanholas, e que em algumas chegou inclusivamente a ser positivo.

A terceira contribuição da nova revisão sobre o século XVII espanhol consistiu em evidenciar a capacidade efectiva de reacção que, face à depressão, evidenciaram possuir os agentes económicos e sociais, os quais não só não se resignaram ao papel de vítimas passivas da conjuntura adversa, como puseram em marcha uma série de dispositivos — «os reajustes» — para superar a situação da melhor maneira possível. Assim, por exemplo, no que respeita à produção agrícola, comprova-se que se potenciaram os cultivos de cereais — forragens e, em geral, as pastagens face aos cultivos destinados à produção de cereais panificáveis; no tocante à indústria textil, a produção de géneros de média e baixa qualidade teve uma importância crescente no conjunto dos produtos de tecelagem num esforço de adaptar a oferta a uma procura menos exigente. Em relação à distribuição do excedente agrário — aspecto económico, mas também social —, o cultivador beneficiou de uma pressão decrescente da renda, o que não provocou a ruína dos terratenentes já que estes, favorecidos por um processo simultâneo de concentração da propriedade territorial e da extensão crescente do seu poder jurisdiccional-senhorial, puderam compensar-se da queda da renda graças ao aumento do número dos rendeiros.

Depois desta breve referência às contribuições historiográficas recentes sobre o XVII espanhol, passemos a considerar com algum detalhe o caso do interior peninsular, os territórios centrais da antiga Coroa de Castela, centrando a análise no interessante período que vai de 1580 a 1650.

a) O decréscimo da população

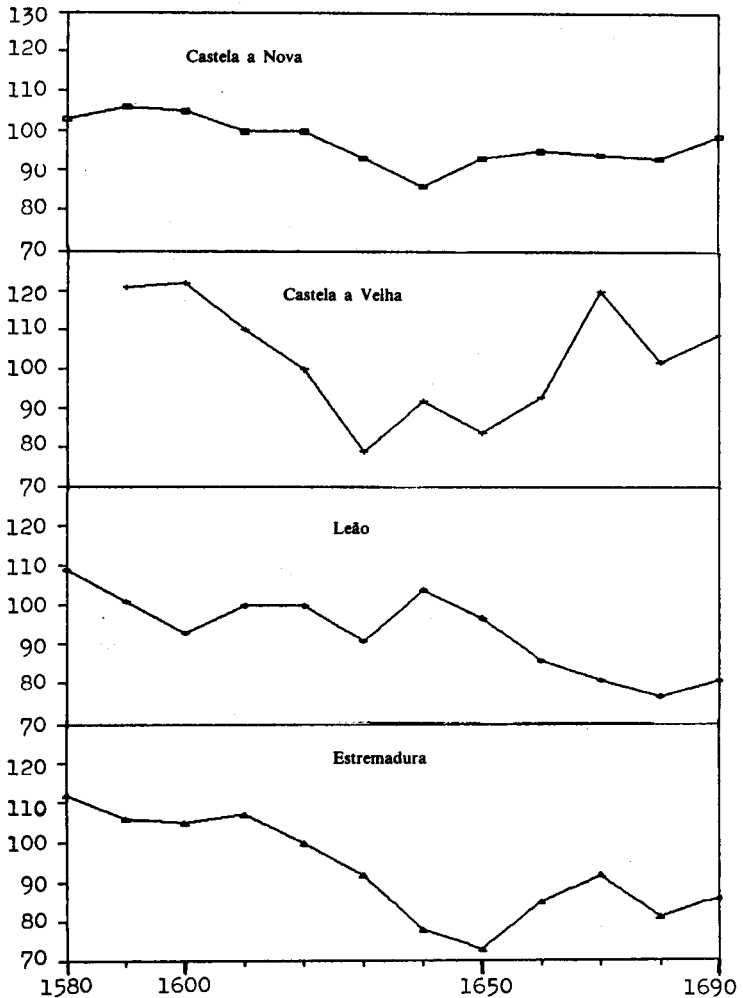
A prova mais concludente foi publicada por Jordi Nadal ² e está representada no gráfico 1: a evolução do número de baptismos em 64 paróquias distribuídas por Estremadura, Leão, Castela a Velha e Castela a Nova.

Vê-se com toda a clareza como durante a primeira metade do século XVII a população rural — ou seja pelo menos 80 por cento da população espanhola — descreveu no interior peninsular, diminuição que em algumas regiões — Estremadura e Castela a Velha — foi especialmente dramática. Na segunda metade de Seiscentos constata-se em quase todas as regiões do interior uma recuperação demográfica, mas que em caso algum consegue sarar completamente

Gráfico 1.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BAPTIZADOS

Números-índice com base 100 em média anual de 1609-1620.

ANGEL
GARCIA SANZ

150

Fonte: Jordi NADAL: *La población española (siglos XVI a XIX)*, Barcelona, 1984 (ed. Corrigida e aumentada).

as feridas sofridas entre as últimas décadas de Quinhentos e meados do século XVII.

Como demonstrou Vicente Perez Moreda ³, não foi a mortalidade catastrófica a principal responsável da perda de população do interior peninsular, mas a emigração para outras zonas do país e para o exterior, movimento emigratório que era impulsionado pela deterioração crescente da economia. Mesmo a quebra demográfica da vaga pestífera de 1596-1602, invocada tradicionalmente como desencadeadora do processo de «decadência», foi relativamente modesta e perfeitamente passageira em face das contribuições historiográficas recentes.

Madrid, vila convertida em capital da monarquia em 1561, experimentou uma evolução demográfica que, como era de esperar, contrasta radicalmente com a trajectória seguida pelo conjunto do interior: incrementou a população nuns 100 000 habitantes entre 1561 e os anos 30 do XVII — passa aproximadamente dos 30 000 para os 130 000 habitantes entre as duas datas —. Este espectacular aumento da população madrilenha alimentou-se da forte emigração que, proveniente das regiões próximas, ocorreu à Corte em busca de melhores expectativas, mas é evidente que o incremento populacional de Madrid não compensou nem de longe a quebra demográfica que padeceu o resto do interior peninsular ⁴.

b) A diminuição da produção agrícola

Graças a uma excepcional informação sobre a evolução da dízima — informação que recolhe dízimas em espécie e não em dinheiro fruto do seu arrendamento ou renda — conhece-se com bastante precisão a trajectória das colheitas para amplas e representativas zonas do interior peninsular. Apresentam-se aqui, em primeiro lugar, as dízimas de trigo recebidas pelo Cabido da Catedral de Segóvia, na Submeseta Norte ⁵; em segundo lugar, as dízimas de pão — trigo mais cevada — cobradas pela Catedral de Toledo nas paróquias de vinte arciprestados da sua arquidiocese, a qual compreendia a maior parte da Submeseta Sul incluindo alguns territórios da Estremadura ⁶.

Os resultados da elaboração destes dados ficam expressos nos gráficos 2 e 3. Nos gráficos 4 e 5 apresenta-se a evolução dos preços do trigo construída a partir dos dados publicados por Hamilton para Castela Velha e Leão, e para Castela Nova ⁷. As principais conclusões que se tiram destes dados são as seguintes:

1. Evidenciam um forte decréscimo da produção dos cereais de maior peso na estrutura produtiva agrária — trigo e cevada —

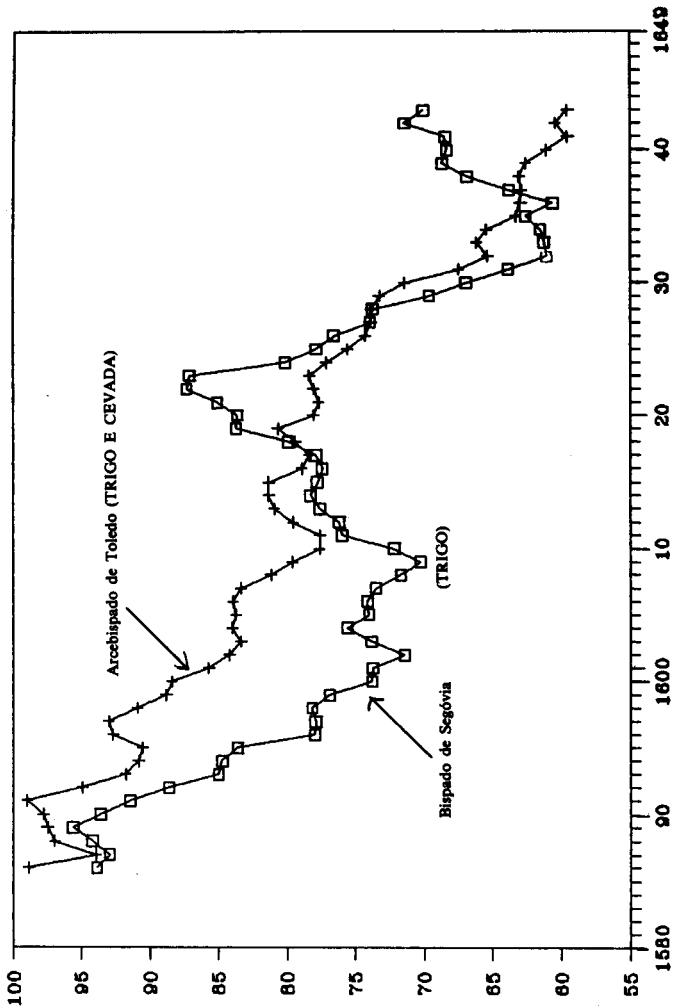


Gráfico 2.

EVOLUÇÃO DA DÍZIMA DE CEREAIS

Médias móveis de 13 anos calculadas a partir dos números-índice das dízimas com base 100 em média de 1580-1589.

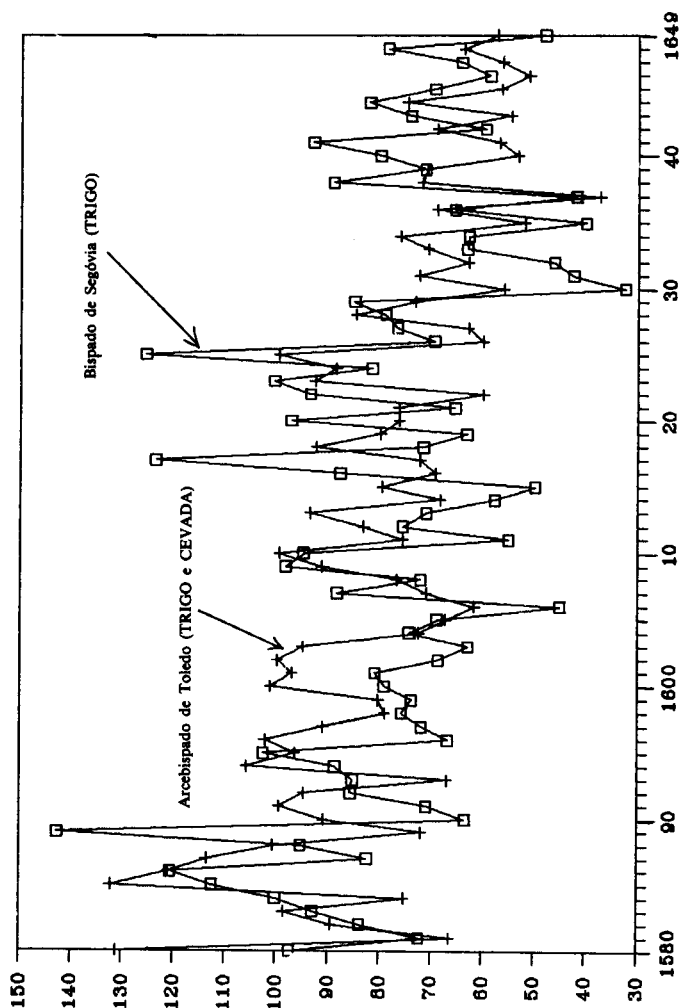


Gráfico 3.

EVOLUÇÃO DA DÍZIMA DE CEREAIS

Números índice das dízimas com base 100 em média de 1580-1589.

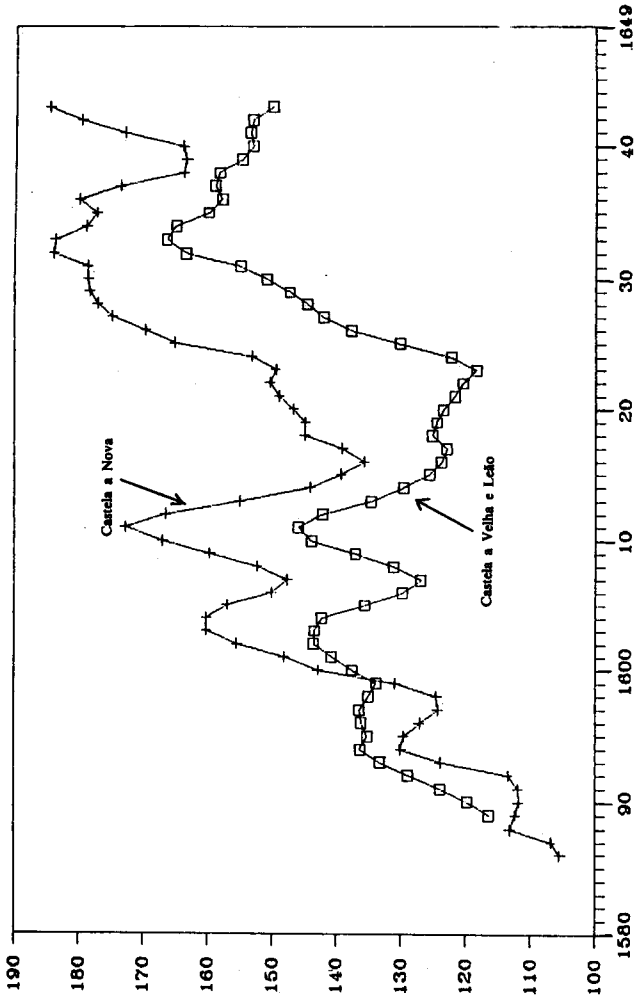
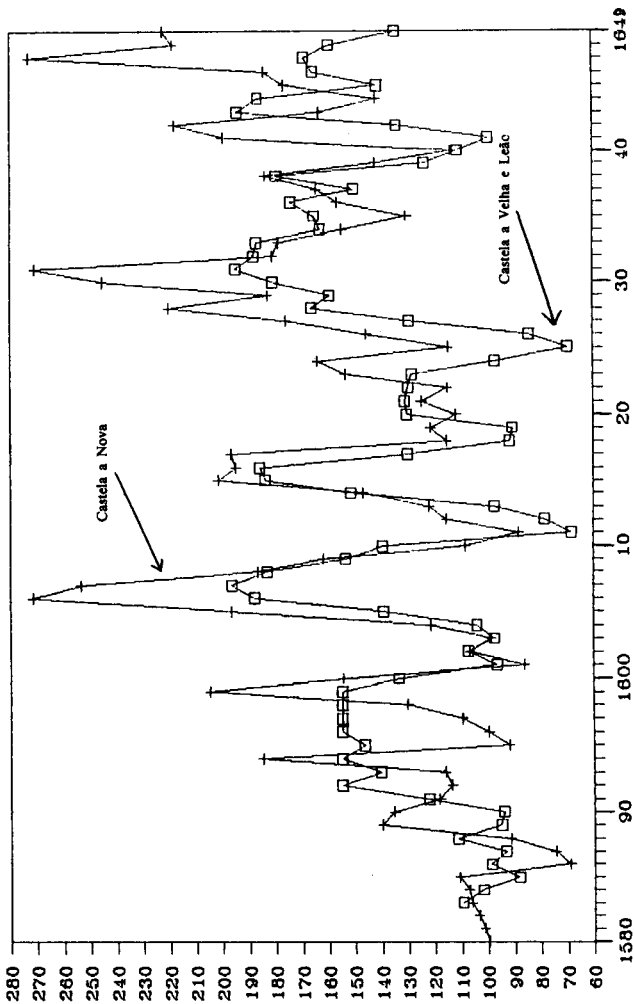


Gráfico 4.

PREÇOS DO TRIGO

Médias móveis de 13 anos calculadas a partir dos números índice dos preços com base 100 em média de 1580-1589.



CASTELA,
1580-1650

155

Gráfico 5.

PREÇOS DO TRIGO

Números-índice dos preços com base 100 em média de 1580-1589.

entre os anos 80 do XVI, momento culminante da expansão agrária de Quinhentos, e os anos 30 do XVII no conjunto da Espanha Interior. O decréscimo das colheitas pode cifrar-se em quase 40 por cento ⁸.

2. O ritmo de diminuição da produção não foi uniforme ao longo do período contemplado e cabe diferenciar três fases:

- a) 1586: vinte anos de quebra muito acentuada, de verdadeiro afundamento, especialmente agudo na Submeseta Norte.
- b) 1606-1628/9: outras duas décadas aproximadamente de contenção na queda e inclusivamente, na Submeseta Norte entre 1615 e 1625, de recuperação.
- c) 1628/9-1637: década da derrocada final das colheitas: a depressão toca fundo.

3. A tendência dos preços do trigo desenhou uma trajectória de sentido inverso à seguida pela produção — aquela ascendente, esta descendente —, mas ambas estiveram correlacionadas negativamente entre si, constatação esta da qual se infere que o comportamento dos preços esteve mais condicionado pelas circunstâncias da oferta que pela realidade monetária — a desvalorização da moeda pelo crescente emprego de ligas, e a manipulação dos valores nominais das moedas ⁹ —. De facto, as fases de forte alta dos preços — de 1586 a 1606 e de 1625 a 1631 — coincidem com períodos de decréscimo sustido da produção e vice-versa, nas fases de preços baixos — de 1618 a 1625 e de 1618 a 1625, por exemplo.

A tendência ascendente dos preços agrícolas não foi causa suficiente para conter o processo depressivo e impulsionar a recuperação antes de 1650, porque os principais factores da crise no meio rural não eram tanto da natureza económica como de índole social e política: a pressão da renda territorial e do fisco, a privatização do património colectivo das aldeias, a concentração crescente da propriedade territorial... etc..

c) A crise pecuária

Pior conhecida que a produção agrícola existem no entanto suficientes testemunhos que permitem afirmar que, pelo menos até aos anos 30 do século XVII, a pecuária sofreu também uma grave depressão. Esta conclusão baseia-se não só nas reiteradas denúncias da escassez de produtos pecuários — carne, couros, lãs — que são formuladas nas sessões das Cortes de Castela e em memoriais dignos de confiança que sobre o tema escreveram alguns coetâneos — o mais

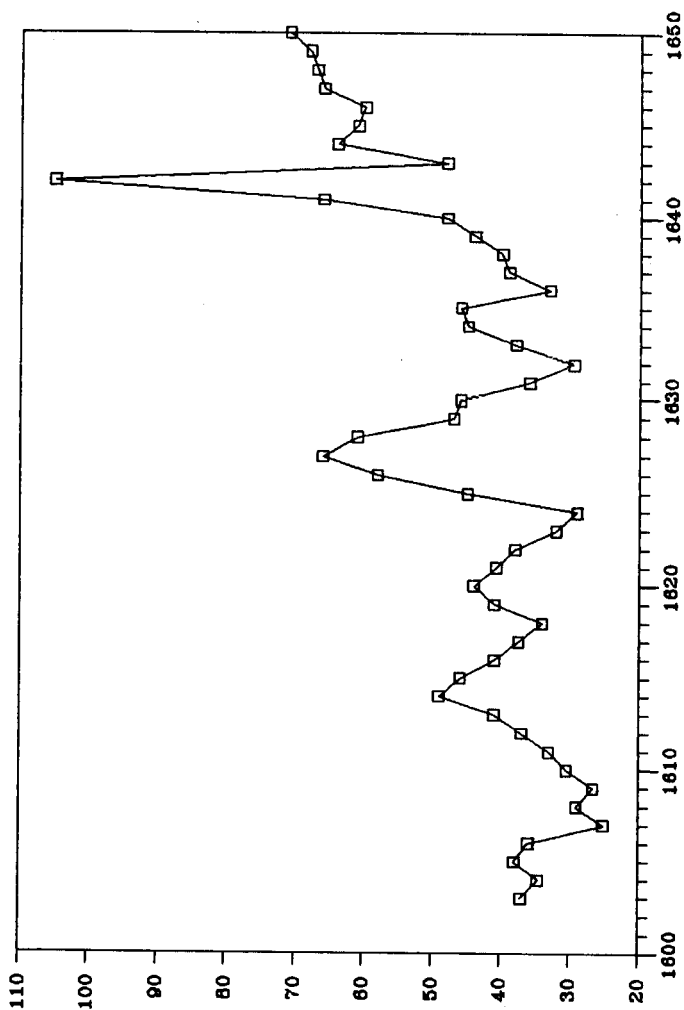


Gráfico 6.

PREÇOS DE LÃ MERINA EM SEGÓVIA

Reais por arroba.

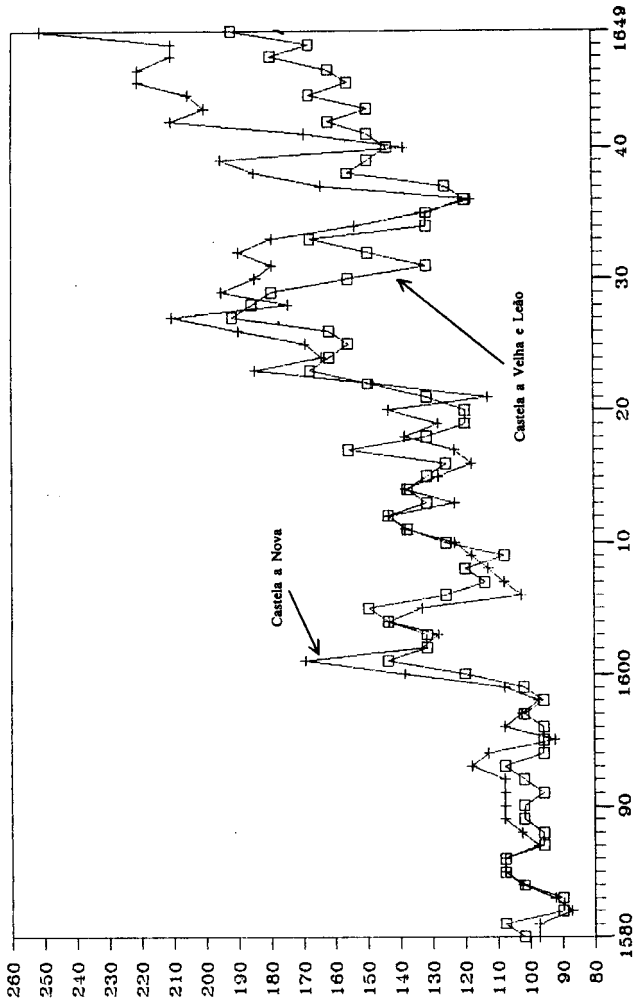


Gráfico 7.

PREÇOS DA CARNE DE CARNEIRO

Números-índice dos preços com base 100 em média de 1580-1589.

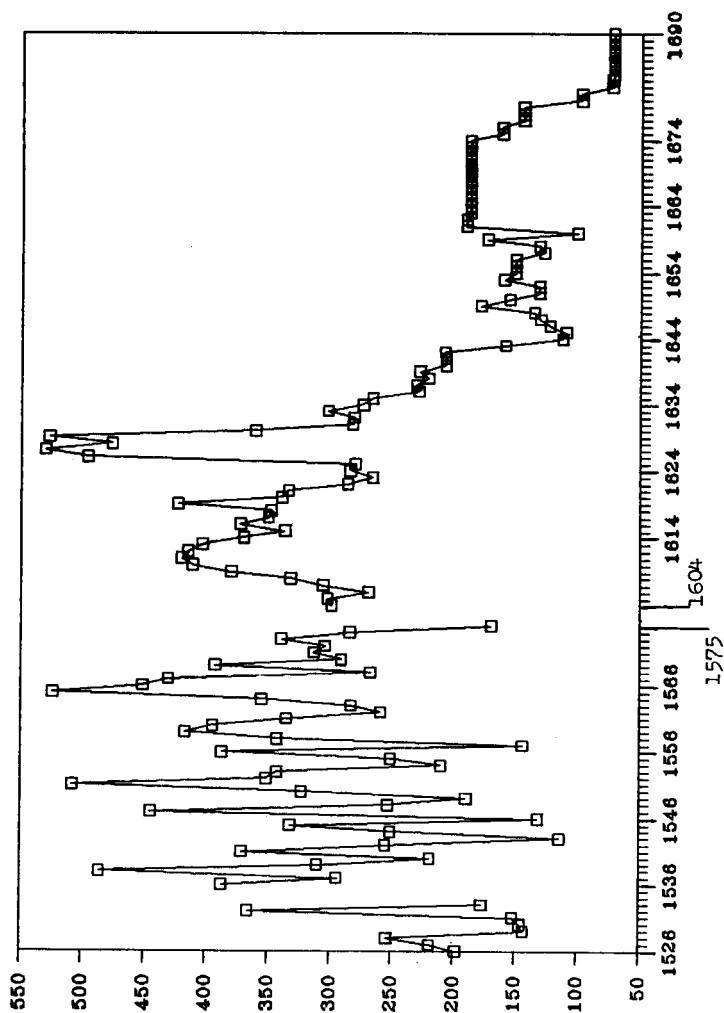


Gráfico 8.

OFERENDAS DOS OFÍCIOS DE SEGÓVIA
PARA A CONSTRUÇÃO DA CATEDRAL

Milhares de maravedis.

famoso é o de Miguel Caxa de Leruela: *Restauración de la antigua abundancia de Espana*, Nápoles, 1631¹⁰ —, como também em algumas provas quantificáveis das quais se podem destacar três: a primeira é a diminuição do número de cabeças de gado ovino transumante — de cerca de 2,5 milhões de cabeças em meados do século XVI para aproximadamente 1,6 milhões nos anos 30 do XVII —; a segunda é o estacionamento dentro de uma margem razoável de flutuação — entre os 30 e os 50 reais por arroba — dos preços da lã fina merina, importante artigo de exportação, ao longo dos primeiros quarenta anos do século XVII — só se ultrapassam os 50 reais por arroba em 626, 1627 e 1628 —, segundo pode ver-se no gráfico 6, construído com base nos dados dos *Libros de Menudos* do arquivo da Catedral de Segóvia, no qual se representa a evolução dos preços de lã fina na cidade de Segóvia, que era o mercado de lã fina mais representativo do interior por tosquarem-se no seu distrito rural os mais importantes rebanhos transumantes enquadrados no Concejo de la Mesta¹¹; a terceira, o persistente incremento dos preços da carne de carneiro desde os últimos anos do século XVI, tanto na Submeseta Norte como na Submeseta Sul, conforme se mostra no gráfico 7, contruído com base nos dados publicados por Hamilton. As duas primeiras provas mencionadas argumentam a favor do retraimento da procura externa de lã fina, o que por outro lado é corroborado pelos dados que se conhecem relativos à carga fiscal sobre a produção laneira; a última evidência sugere uma crescente pressão da procura interna sobre a oferta de carne apesar do decréscimo da população a que já fizemos referência.

Será depois de meados do século XVII que a pecuária protagonizará um dos «reajustamentos» operados no contexto da depressão agrária: o crescimento da pecuária fixa, que beneficia do abandono do cultivo nas terras mais marginais do ponto de vista produtivo.

d) A decadência dos centros industriais

Segóvia e Toledo eram na segunda metade do século XVI os mais importantes focos industriais do interior, ambos especializados nas manufacturas texteis. Estes dois centros urbanos representam exemplarmente a trajectória decadente que sofreram as actividades industriais.

Segóvia chegou a contar com mais de 25 000 habitantes cerca de 1580, 76 por cento dos quais se dedicavam às actividades artesanais — concretamente quase 60 por cento à fabricação de panos de lã de uma qualidade relativamente alta —. Mas a actividade indus-

trial começou a esbater-se a partir desses mesmos anos 80 do século XVI, embora a decadência não se dê até depois dos anos 20 do século XVII. No gráfico 8 apresenta-se um indicador indirecto da evolução da actividade industrial nesta cidade: as oferendas que os artesãos segovianos entregaram para a construção da Catedral entre 1526 e 1690, segundo dados recolhidos nos *Libros de Fábrica* do arquivo do Cabido. Vê-se claramente como desde 1630 se produz uma queda acentuada das esmolos. Não é casualidade que nos *Libros de Acuerdos* da cidade se afirme precisamente que nesse ano «an faltado de dicha ciudad más de quatro mill personas obligadas de las necesidades» — a emigrar, deduz-se — . Em meados do século XVII, quando a cidade devia contar com aproximadamente metade da população que tinha cerca de 1580, os artesãos fazem várias informações denunciando que os antigos mercadores-fabricantes — protagonistas do *Verlagsystem* — se desinteressaram da produção e aplicavam os seus lucros e dinheiro na exportação da lã em bruto e não na sua transformação industrial.

Toledo sofreu uma conjuntura depressiva similar à de Segóvia, embora tivesse uma actividade industrial mais diversificada — panos de lã, tecidos de seda, manufacturas de couro,... etc. — . Os seus 60 000 habitantes de 1571 ficaram reduzidos a uns 20 000 em 1631. No caso da decadência económica de Toledo foi decisivo o impacto de Madrid que absorveu os recursos demográficos e económicos toledanos, especialmente a partir de 1606 quando a Corte se fixa definitivamente em Madrid depois da sua efémera permanência em Valladolid entre 1601 e 1606.

e) A decadência dos centros comerciais

Burgos e Medina del Campo eram, em meados do século XVI, núcleos florescentes pela sua actividade comercial e financeira e residência de uma próspera burguesia dos negócios da qual dependia um pujante artesanato.

Burgos actuava como intermediária no comércio de importação e exportação que se desenvolvia entre a Submeseta Norte e a Europa Atlântica. Medina del Campo por seu turno era sede de feiras de importância internacional nas quais, além da contratação de mercadorias, se realizavam os pagamentos que davam fluidez ao eixo comercial que passava por Burgos.

Estes dois centros económicos sofreram uma tremenda decadência a partir do início da sublevação dos Países Baixos contra a soberania dos reis espanhóis nos anos 60 do século XVI. Um bom indica-

dor desta decadência é o decréscimo espectacular da sua população. Burgos contava com uns 20 000 habitantes em 1561, só 12 000 habitantes em 1561 a somente 5 373 em 1626 ¹¹.

2. — A política de «Reforma» vista da conjuntura depressiva

Os governantes tiveram consciência da depressão económica que, desde cerca dos anos 80 do século XVI, se abatia sobre os territórios centrais da coroa de Castela. Madrid era uma boa atalaia de observação. Os procuradores das Cortes, por seu turno, costumavam denunciar a difícil situação apresentando ao rei memoriais carregados de lamentos e exigindo remédio para os males que advertiam. Mas, além disso, muitas pessoas preocupadas com a coisa pública se aplicaram a escrever a sua visão da situação e das causas que a tinham provocado, assim como a propôr «arbitrios» — isto é, «meios» ou «remédios», projectos — para parar o processo depressivo e restaurar «a antiga abundância»: estes escritores protagonizaram o «movimento arbitrista» que chegou a constituir um género literário que floresceu especialmente entre 1615 e 1625 ¹² —, ou seja, os últimos anos do reinado do Felipe III e os primeiros do governo de Olivares, que foi seguidor da atitude arbitrista em muitos aspectos da sua actuação no início do seu mandato, como o testemunha o impulso que deu aos projectos de «reforma».

Mas os governantes tomaram consciência clara da depressão económica do Interior sobretudo através da realidade fiscal: receitas esperadas que não se conseguiam arrecadar, petições cada vez mais numerosas, «baixa» que as aldeias justificavam referindo a sua calamitosa situação, crescentes resistências ao estabelecimento de novos impostos e ao incremento dos antigos. Na realidade, para os governantes da política de «reforma», a política antidepressiva, aparecia, até meados dos anos 20 do século XVII, como uma medida necessária para melhorar a situação económica com o fim último de assim aumentam a capacidade fiscal, contributiva, do reino. Com este objectivo se criou em 1618 um organismo especial a Junta de Reformation, a que se encarregou a elaboração de planos de reforma que não só diziam respeito à economia, como também à moral e aos costumes ¹³.

A partir de 1627, fracassada esta tentativa de melhorar a economia como meio para aumentar as receitas fiscais e «desempenhar a monarquia», o que aparece já não é uma política «arbitrista», mas uma política claramente «fiscalista», isto é, tendente a conseguir receitas crescentes de forma directa e imediata, embora isso implique não

só sacrificar todo o projecto de melhoria económica, como inclusivamente agudizar ainda mais a situação depressiva. 1627 marca a passagem da «reforma» ao «fiscalismo»¹⁴.

Ao esforço de «reforma» ser especialmente entusiástico entre aproximadamente 1615 e 1625 não parece alheio o facto de que nesses anos a conjuntura das colheitas tenha sido claramente favorável, segundo pode observar-se nos gráficos 2,3,4 e 5. A tendência depressiva da produção agrícola cessa o seu declinar — inclusivamente na Submeseta Norte recupera-se de forma sustentada o nível das colheitas — ; os preços dos bens de subsistência são baixos. Tendo em conta na indiscutível represursão positiva, estimulante, destes factos no resto da economia, pode imaginar-se que os coetâneos acalentaram esperanças fundadas de que a recuperação económica geral era possível, de que nem tudo estava perdido, de que os maus tempos passados constituíam um parentesis depois do qual a prosperidade voltaria. Para se realizarem essas esperanças só seria preciso incrementar uma acertada política de «reforma». As condições objectivas da conjuntura agrária eram, definitivamente a substância para os seus projectos, sem que com isto se pretenda de forma alguma retirar a importância aos factores políticos que contribuíram para impulsionar as tentativas de «reforma».

Que a partir de aproximadamente 1627 se abandone o reformismo económico e se imponha uma atitude exclusivamente fiscalista também pode relacionar-se com as mudanças na conjuntura económica: a descida persistente do nível das colheitas desde 1626 — com a péssima colheita de 1630 — e a conseqüente alta espectacular dos preços, como se pode comprovar pelos gráficos antes mencionados, superaram o regresso da triste realidade e acabaram com as últimas esperanças de recuperação. No caso da indústria textil segoviana é também por estes anos que se dá o desvio definitivo, se nos fiarmos no indicador reflectido no gráfico 8. A partir de então era claro que, se se queriam incrementar as receitas fiscais, se devia proceder de forma expedita, sem contemplicações reformistas, o que não fará senão acentuar os efeitos da crise económica.

As medidas de «reforma» relativas ao sector agrário podem ser apresentadas como exemplo do alto grau de condicionamento da política económica por parte das circunstâncias concretas da conjuntura. Assim a célebre Pragmática de 29 de Março de 1594, em que se melhorava a posição legal dos lavradores face aos prestamistas e se autorizava aqueles a vender em pão — «panadear» — e não só em grão, parte das suas colheitas, tem de entender-se como uma medida de estímulo à lavoura cujo declinar já se advertia desde aproximadamente uma década antes. No mesmo sentido há que cosiderar-se a

subida, em 1600, da taxa de preços máximos do trigo e da cevada que passou respectivamente dos 476 e 238 maravedis para 612 e 306 maravedis.

Em 1619 libertam-se legalmente os lavradores da observância da taxa na venda de cereais das suas próprias colheitas. Era uma decisão temerária e que indubitavelmente havia de beneficiar os cultivadores, mas é adoptada num momento em que não existe nenhum risco imediato de que tal abolição pudesse provocar uma alta incontrollada dos preços: os preços de mercado experimentavam uma forte baixa desde 1617 e manter-se-ão baixos até 1625, como se pode observar no gráfico 5. Consequentemente as vantagens que a disposição trazia aos lavradores não podiam de facto ser aproveitadas por estes. Quando depois de 1625 os preços voltam a subir, pelas quebras das colheitas, em 1628 de novo se anula a liberdade de preços para os lavradores, precisamente quando essa lhes poderia ter sido de alguma utilidade. De novo se dará aos lavradores liberdade de preços em 1632, mas então os mesmos voltam a cair pelo que não alcançam o tecto máximo legal a que estão obrigados os vendedores de cereal que não sejam lavradores. Parece claro que o que subjaz a esta aparente burla dos interesses dos cultivadores não é outra coisa senão a ausência de um firme e decidido compromisso dos governantes em promoverem a recuperação da actividade agrária, pois, se esse compromisso tivesse sido firme e decidido, teriam de estar dispostos a afrontar o mal estar e os protestos dos consumidores das cidades. Mas o preço político dessa atitude temerária parecia-lhes excessivo e preferiram adoptar um comportamento menos arriscado, mais cómodo, embora isso implicasse perpetuar a situação depressiva nos campos.

Creio que o comportamento dos governantes no tocante à taxa do grão é exemplo da atitude que também adoptaram em outros problemas: acostumaram-se a ceder e a renunciar à «reforma» se manter as decisões reformistas supunha um alto custo político. Definitivamente, a economia estava ao serviço dos interesses políticos da monarquia. Esta é a explicação última de porque é que depois de 1627 se adopta uma política meramente «fiscalista» com sacrifício da «reforma» económica — e também social e moral — do reino.

A Pragmática de 4 de Março de 1633 referendava com toda a firmeza os privilégios da pecuária, especialmente a transumante enquadrada na Mesta — os ditos privilégios sofrido de facto uma erosão na etapa culminante da extensão das culturas na segunda metade do século XVI — e prescrevia algumas vantagens novas para os criadores de gado. Com esta disposição legal, que sem dúvida foi influenciada pelos escritores do arbitrista teórico-pecuário Miguel Caxa de

Leruela, os governantes não faziam senão colarem-se passivamente ao que as circunstâncias impunham: a diminuição da população, a queda da procura urbana de produtos de subsistência, o abandono dos cultivos aconselhavam então potenciar uma forma extensiva de aproveitamento do solo cujos produtos — a lã merina sobretudo — podiam contar com uma procura segura no exterior.

NOTAS

¹ Trata-se de uma versão adaptada aos leitores portugueses da minha comunicação no *Simposio Internacional sobre la Espana del Conde Duque de Olivares* ocorrido em Toro (Zamora) em Setembro de 1987. Agradeço ao meu amigo e colega português, António M. Hespanha, participante também no dito Simpósio, o seu interesse em publicar estas páginas nesta revista.

Desejo também expressar o meu agradecimento a Alberto de Miguel Hidalgo, colega de Economia da Empresa na Faculdade de Valladolid, que com entusiasmo e generosidade pôs à minha disposição a sua perícia no manuseio do computador para analisar e representar as séries históricas que acompanham estas páginas.

² Jordi Nadal: *La poblacion española (siglos XVI a XX)*, Barcelona, 1984, edición corrigida y aumentada, págs. 78-80.

³ Vicente Pérez zoreda: *Las crisis de mortandad en la Espana Interior, siglos XVI-XIX*, Madrid, 1980.

⁴ Sobre o impacto económico de Madrid nas regiões do Interior pode ver-se a obra de David R. Ringrose: *Madrid y la economia española, 1560-1850*, Madrid, 1985.

⁵ Estas dízimas segovianas foram objecto de atenção no meu livro *Desarrollo y crisis del Antiguo Regimen en Castilla la Vieja. Economia y Sociedad en terras de Segovia, 1500-1814*, Madrid, 1977 (2ª ed., 1986).

⁶ As dízimas de Todelo foram publicadas, divididas por arquiprestados, por Jerónimo Lopéz-Salazar e Manuel Martín Galán: «La produccion cerealista en el Arzobispado de Toledo, 1463-1699», in *Quadernos de Historia Moderna y Contemporânea*, 2 (1981), págs. 21-101.

⁷ Earl J. Hamilton: *El tesoro americano y la revolución de los precios en España, 1501-1650*, Barcelona, 1975 (1ª ed., 1934).

⁸ O que se conhece sobre a evolução das colheitas neste período para a importante comarca cerealífera de Tierra de Campos, também na Submeseta Norte, coincide nos seus traços fundamentais com o caso segoviano. Sobre este assunto veja-se Bartolomé Yun: *Sobre la transición al capitalismo en Castilla, Economia y Sociedad en Tierra de Campos (1500-1830)*, Salamanca, 1987, especialmente a pag. 425.

⁹ Sobre o protagonismo dominante da produção face à incidência da política monetária na determinação dos preços neste período histórico insistiu Fernando Urgorri Casado num sugestivo e pioneiro trabalho: «Ideas sobre el gobierno económico de Espana en el siglo XVII. La crisis de 1627, la moneda de vellón y el intento de fundación de un banco nacional exclusivo», publicado na *Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo del Ayuntamiento de Madrid*, LIX-LX (1850), págs. 123-230.

¹⁰ Existe uma reedição recente preparada por Jean Paul le Flem, Instituto de Estudios Fiscales, Madrid, 1985.

¹¹ Sobre a estratégia demográfica de Medina del Campo existe a obra de Alberto Marcos Martín, *Auge y declive de un núcleo mercantil y financiero de Castilla la Vieja*, Valladolid, 1978.

¹² Sobre o arbitramento é de grande interesse a obra de Jean Villar, *Literatura y economía. La figura satírica del arbitrista en el Siglo de Oro*, Madrid, 1973.

¹³ Sobre a actuação desta Junta, com publicação de documentos que dela emanaram, pode ver-se o livro de Angel González Palencia, *La Junta de Reforma-ción*, Valladolid, 1932.

¹⁴ John H. Elliott: «El programa de Olivares y los movimientos de 1640», in *La España de Felipe IV*, tomo XXV da *Historia de España*, ed. Espasa Calpe, Madrid, 1982, pág. 413.

BIBLIOGRAFIA

- ANES, Gonzalo (1970): *Las crisis agrarias en la España moderna*, Madrid.
 — (1978): «La 'depresión' agraria durante el siglo XVII en Castilla», *Homenaje a Julio Caro Baroja*, Madrid.
 — (1980): *Historia de Asturias, Edad Moderna*, II, Vitoria.
 ARTOLA, Miguel (1982): *La Hacienda del Antiguo Régimen*, Madrid.
 ATIENZA HERNANDEZ Ignacio (1987): *Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna. La Casa de Osuna, siglos XV-XIX*, Madrid.
 BASAS Manuel (1963): *El Consulado de Burgos en el siglo XVI*, Madrid.
 BENNASSAR, Bartolomé (1967): *Valladolid au Siècle d'Or. Une ville de Castille et sa campagne au XVIe Siècle*, Paris-La Haya (ed. em castelhano, Valladolid, 1983).
 — (1969): *Recherches sur les grandes épidémies dans le Nord de l'Europe à la fin du XVIe siècle*, Paris.
 BILBAU, Luis Maria e FERNÁNDEZ DE PINEDO, Emiliano (1982): *Exportaciones des laines, trashumance et occupation de l'espace en Castille aux XVI, XVII et XVIIIe siècle*, comunicação ao VIII Congresso Internacional de História Económica, Budapeste.
 BRAUDEL, F. (1976): *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*, Madrid.
 BRUMONT, Francis (1984): *Campo y campesinos de Castilla la Vieja en tiempos de Felipe II*, Madrid.
 CARANDE, Ramón (1943-1967): *Carlos V y sus banqueros*, Madrid (reedición, Barcelona, 1987).
 CARBAJO ISLA, Maria F. (1987): *La población de la villa de Madrid. Desde finales del siglo XVI hasta mediados del siglo XIX*, Madrid.
 CAVILLAC, M. (1983): *Gueux et marchands dans le Guzmán de Alfarache (1599-1604)*, Bordeaux.
 CHAUNU, Pierre e Huguette (1955-1960): *Seville et l'Atlantique, 1504-1650*, Paris.
 DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio (1960): *Política y Hacienda de Felipe IV*, Madrid.
 — (1963): *La sociedad española del siglo XVII*, Madrid.
 — (1984): *Política fiscal y cambio social en la España del siglo XVII*, Instituto de Estudios Fiscales, Madrid.
 — (1985): *Instituciones y sociedad en la España de los Austrias*, Barcelona.
 DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio e VICENT, b. (1978): *Historia de los mariscos. Vida y tragedia de una minoría*, Madrid.
 ELLIOTT, John H. (1965): *La España Imperial, 1469-1716*, Barcelona.

- ed. (1982): *Poder y sociedad en la España de los Austrias*, Barcelona.
- (1986): *The Count-Duke of Olivares. The Statesman in Age of Decline*, Yale University.
- FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo (1982): «*Monarquía y Reino en Castilla, 1538-1623*», comunicación a la *XIV Settimana di Studio del Instituto Internazionale di Storia Economica «Francesco Datini»*, Prato, inédito.
- (1984): «*Monarquía, Cortes y «cuestión constitucional» en Castilla durante da Edad Moderna*», *Revista de las Cortes Generales*, 1.
- FERNÁNDEZ ALVAREZ, Manuel (1984): *La sociedad española en el Siglo de Oro*. Madrid.
- FORTEA PÉREZ, José Ignacio (1981): *Córdoba en el siglo XVI: las bases demográficas y económicas de una expansión urbana*, Córdoba.
- (1986): *Fiscalidad en Córdoba*, Córdoba.
- GARCÍA FUENTES, Lutgardo (1980): *El comercio español con América, 1650-1700*, Sevilla.
- GARCÍA SANZ, Angel (1977): *Desarrollo y crisis del Antiguo Régimen en Castilla la Vieja. Economía y sociedad en tierras de Segovia, 1500-1814*, Madrid (2.ª ed., 1986).
- (1980): «*Bienes y derechos comunales y el proceso de su privatización en Castilla durante los siglos XVI y XVII: el caso de tierras de Segovia*», *Hispania*, 144.
- (1985): «*Auge y decadencia en España en los siglos XVI e XVII. Economía y sociedad en Castilla*», in *Revista de Historia Economica*, año III, n.º 1.
- GARCÍA SANZ, Angel e SANZ FERNÁNDEZ, Jesús (1984): «*Evolución económica de Castilla y León en las épocas moderna y contemporánea*», *Papeles de Economía Española*, 20.
- GARZÓN PAREJA, Manuel (1981): *La Hacienda de Carlos II*, Madrid.
- GELABERT, Juan Eloy (1982): *Santiago y la Tierra de Santiago de 1500 a 1640*, La Coruña.
- GUILARTE, Alfonso María (1962): *El régimen señorial en el siglo XVI*, Madrid.
- GUTIERREZ NIETO, Juan Ignacio (1973): *Las Comunidades como movimiento anti-señorial*, Barcelona.
- (1984): «*De la expansión a la decadencia económica en Castilla y León. Manifestaciones. El arbitrista agrarista*», in *El pasado histórico de Castilla e León*, Salamanca.
- HALICZER, Stephen (1987): *Los comuneros de Castilla. La forja de una revolución (1475-1521)*, Valladolid.
- HAMILTON, E. J. (1975): *El tesoro americano y la revolución de los precios en España 1501-1650*, Barcelona (1.ª ed. inglesa 1934).
- HUETZ DE LEMPS, Alain (1967): *Vignobles et vins du Nord-Ouest de l'Espagne*, Bordeaux, 2 vols.
- IRADIÉL MURUGARREN, Paulino (1974): *Evolución de la industria textil castellana en los siglos XII-XVI*, Salamanca.
- ISRAEL, Jonathan I. (1980): «*Spanish Wool Export and the European Economy, 1610-1640*», in *Economic History Review*, vol. 33.
- JAGO, C. (1979): «*The 'crisis of aristocracy' in seventeenth-century Castile*», *Past and Present*, 84.
- (1973): «*The influence of Debt on the Relations between Crown and Aristocracy in seventeenth-century Castile*» *Economic History Review*, 26.
- (1981): «*Habsburg Absolutism and the Cortes of Castile*», *American Historical Review*, 86.
- KLEIN, Julius (1979): *La Mesta. Estudio de la historia económica española, 1273-1836*, Madrid (1.ª ed. inglesa, 1919).

- LADERO QUESADA, Miguel Angel (1973): *La Hacienda real de Castilla en el siglo XV*, La Laguna.
- LAPEYRE, Henri (1955): *Une famille de Marchands: les Ruiz*, Paris.
- (1981): *El comercio ex exterior de Castilla a través de las aduanas de Felipe II*, Valladolid.
- LARRAZ, José (1943): *La época del Mercantilismo en Castilla (1500-1700)*, Madrid.
- LE FLEM, Jean Paul (1972): «Las cuentas de la Mesta (1510-1709)», *Moeda y Crédito*, 121.
- LOPEZ SALAZAR, Jerónimo (1986): *Estructuras agrarias y sociedad rural en La Mancha (sec. XVI-XVII)*, Ciudad Real.
- LOPEZ SALAZAR, Jerónimo e MARTIN GALAN, Manuel (1981): «La producción cerealista en lo Arzobispado de Toledo, 1463-1690», *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea*, II.
- LORENZO SANZ, Eufemio (1979): *Comercio de España con América en la época de Felipe II*, Valladolid.
- LLOPIS AGELAN, Enrique (1980): «Crisis y recuperación de las explotaciones tras-humantes: La cabana del Monasterio de Guadalupe (1597-1679)», *Investigaciones Económicas*, 13.
- (1986): «El agro castellano en el siglo XVII: depresión o reajustes y readaptaciones?» in *Revista de Historia Económica*, año IV, n.º 1.
- MARAVALL, José António (1963): *Las Comunidades de Castilla, Una primera revolución moderna*, Madrid.
- MARCOS MARTIN, Alberto (1978): *Auge y declive de un núcleo mercantil y financiero de Castilla la Vieja. Evolución demográfica de Medina del Campo durante los siglos XVI y XVII*, Valladolid.
- (1985): *Economía, sociedad, pobreza en Castilla: Palencia, 1500-1814*, Palencia.
- NADAL, Jordi (1984): *La población española (siglos XVI a XX)*, Barcelona (ed. corregida e aumentada).
- PÉREZ, Joseph (1970): *La révolution des «Comunidades» de Castille (1520-1521)*, Bordeaux (Ed. española, Madrid, 1977).
- PÉREZ GARCIA, José Manuel (1981): «Aproximación al estudio de la penetración del maíz en Galicia», in *La historia social de Galicia en sus fuentes de protocolos*, Santiago de Compostela.
- PÉREZ MOREDA, Vicente (1980): *Las crisis de mortalidad en la España interior, siglos XVI-XIX*, Madrid.
- RINGROSE, D.R. (1969): «Madrid y Castilla, 1560-1850. Una capital nacional en una economía regional», *Moneda y Crédito*, 111.
- (1983): *Madrid and Spanish Economy, 1560-1850*, University of California Press.
- RUIZ MARTIN, (1965a): *Lettres marchandes échangées entre Florence et Medina del Campo*, Paris.
- (1965 b): «Un expediente financiero entre 1560 y 1575: La Hacienda de Felipe II y la Casa de Contratación de Sevilla», *Moneda y Crédito*, 92.
- (1967): «La población española al comienzo de los tiempos modernos», *Cuadernos de Historia*, 1.
- (1965-67): «Un testimonio literario sobre las manufacturas de panos en Segovia por 1625» in *Homenaje al Profesor Alarcos Garcia*, Valladolid.
- (1970): «La Banca en España hasta 1782», in *El Banco de España. Una historia económica*, Madrid.
- SAAVEDRA, Pegerto (1985): *Economía, Política y Sociedad en Galicia, La Provincia de Mondonedo, 1480-1830*, Madrid.
- SALOMON, Noel (1964): *La campagne de Nouvelle Castille à la fin du XVI e siècle d'après les «Relaciones Topográficas»*, Paris (ed. en castellano, Barcelona, 1973).

- SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Juan (1981): *Todelo y la crisis del XVII*, Toledo.
- SANZO FERNANDEZ, Carmen Maria (1982): «La población de Asturias en los siglos XVII a XIX: los registros parroquiales» in *La economía española al final del Antiguo Régimen*, I: «Agricultura», Madrid.
- SILVA, José Gentil da (1965): *En Espagne. Développement économique, Subsistence, Déclin*, Paris-La Haye (Ed. espanhola, Madrid, 1967).
- THOMPSON, I. A. A. (1979): «The Purchase of Nobility in Castile, 1552-1700», *The Journal of European Economic History*, vol. 8.
- (1982): «Crown and Cortes in Castile, 1590-1665», *Parliament, States and Representation*, 2.
- TORRAS I ELIAS, Jaume (1984): «L'economia castellana el segle XVI. Un esquema», in rev. *Recerques*, n.º 16.
- ULLOA, Modesto (1977): *La Hacienda Real de Castilla en el reinado de Felipe II*, Madrid (1.ª ed., Roma, 1963).
- VASSBERG, David E. (1983): *La venta de tierras baldias. El comunitarismo agrario y la Corona de Castilla durante el siglo XVI*, Madrid.
- (1984): *Land and Society in Golden Age Castile*, Cambridge University Press (Ed. espanhola, Barcelona, 1986).
- VÁZQUEZ DE PRADA, Valentin (1960): *Lettres marchandes d'Anvers*, Paris.
- VILAR, P. (1964): *Crecimiento y desarrollo. Economía y historia. Reflexiones sobre el caso español*, Barcelona.
- VINAS MEY, Carmelo (1941): *El problema de la tierra en la España de los siglos XVI y XVII*, Madrid.
- VV. AA. (BENÍTEZ, R.; SÁNCHEZ BLANCO; BILBAO, L. M.; FERNÁNDEZ DE PINEDO, E.; CASEY, J.; EIRAS ROEL, A.; GARCÍA SANZ, A.; GARZSN PAREJA, M.; LEMEUNIER, G.; PALOP RAMOS, J. M.; PONSOT, P.; ANÉS, G., E GARCÍA SANZ, A.) (1982): *Prestations paysannes, dimes, rente foncière et mouvement de la production agricole à l'époque préindustrielle*, Paris-La Haya (comunicações respectivas incluídas na obra).
- WEISSER, M. R. (1982): «The Agrarian Depression in Seventeenth-Century Spain», *The Journal of Economic History*, 42.
- YUN CASALILLA, Bartolomé (1987): *Sobre la transición al capitalismo en Castilla. Economía y Sociedad en Tierra de Campos (1500-1830)*, Salamanca.